

Boletim sobre o processo político em Moçambique

Boletim Eleitoral 2008 Número 25 – 26 de Janeiro de 2009

Publicado com frequência durante o período eleitoral.

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)

Editor Adjunto: Adriano Nuvunga - Assistente da Pesquisa: Tânia Frechauth

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Publicado por AWEPA, Parlamentares Europeus para a África, e CIP, Centro de Integridade Pública

Comissão Eleitoral ofendida por artigo do Boletim

De acordo com o diário de Maputo *O País* de hoje, a Comissão Nacional de Eleições está "bastante ofendida", por um artigo publicado neste boletim na semana passada.

No Boletim Eleitoral 23, de 18 de Janeiro, dissémos que "Em segredo e sem qualquer explicação ou aviso, a CNE alterou os resultados intermediários emitidos pelas comissões eleitorais das cidades de Milange, Beira e Nacala."

O porta-voz da CNE, Juvenal Bucuane, nega que os resultados tenham sido alterados, acrescentando " Nós ficámos bastante ofendidos quando lemos esta informação no jornal, porque não é verdadeira, não há nada secreto aqui."

O artigo completo está reproduzido abaixo, bem como o nosso comentário.

Comentário

Alterações secretas aos resultados intermédios

A tabela dos resultados finais para as eleições autárquicas tal como foi validada pelo Conselho Constitucional (CC) contém uma coluna intitulada "Apuramento intermédio". Nos termos do artigo 104 da lei 18/2007, o "Apuramento intermédio" é os resultados publicados pelas Comissões Eleitorais distritais ou de cidade. Para Beira e Nacala, os números publicados nesta rubrica pela CNE e pelo CC não são os aqueles que foram publicados pelas Comissões Eleitorais das cidades da Beira e Nacala nos "Apuramentos intermédios" respectivos. Algures, entre a primeira publicação destes resultados intermediários pelas comissões eleitorais de cidade e sua apresentação pela CNE, esses números foram alterados ou modificados.

A lei não contém uma disposição que permita a uma comissão eleitoral de cidade alterar os resultados intermediários. Eles foram mudados antes do seu envio ao CC. Juvenal Bucuane diz que a CNE não o fez. Este facto apresenta-nos um mistério ainda maior - quem alterou os resultados intermediários?

Na sua entrevista ao *O País*, Bucuane admite terem sido feitas "correções". Se as correções da CNE incluem a substituição de um Apuramento intermédio por outro, isto é uma mudança substancial ou alteração.

Sabemos por um parecer do CC que uma mudança semelhante foi feita para o Apuramento intermédio de Milange, mas o CC explicou que isso não foi aceite e foi revertido à forma original, tal como tinha sido apresentada pela comissão eleitoral do distrito.

Em contraste com o CC, nunca houve qualquer declaração da CNE dizendo que tinha havido alterações aos Apuramentos intermédios das três cidades, nem houve qualquer explicação sobre o motivo pelo qual os Apuramentos intermédios oficiais, legalmente publicados, foram rejeitados. Sem qualquer declaração e nenhuma explicação das razões pelas quais as mudanças foram feitas, como pode o Dr. Bucuane dizer "aqui não há nada secreto".

Reforçamos o nosso comentário da semana passada que, em outros países com eleições democráticas, tais alterações de fundo inexplicáveis aos resultados não são permitidas; Moçambique continua a ser um caso único, ao permitir que à porta fechada sejam feitas alterações aos resultados. Noutros países, mesmo as mudanças mais pequenas são públicas e explicadas.

E, se a CNE não alterou os três Apuramentos intermédios, pode então dizer-nos, por favor, quem foi que o fez?

Joseph Hanlon

=====

CNE ofendida com as críticas da AWEPA

escrito por Borges Nhamirre
O Pais, Segunda, 26 Janeiro 2009

"Nós ficámos bastante ofendidos quando lemos esta informação no jornal". A Comissão Nacional de Eleições (CNE) ficou ofendida com as críticas da organização dos parlamentares europeus para África (AWEPA), referentes aos diferentes erros cometidos pelos órgãos de administração eleitoral na organização das terceiras eleições autárquicas.

A AWEPA escreveu, por exemplo, no seu boletim sobre o processo político em Moçambique de 18 de Janeiro corrente, dentre várias críticas, que "a CNE alterou resultados intermédios das eleições autárquicas em Nacala, Beira e Milange em segredo".

E na mesma crítica o boletim editado por Joseph Hanlon chega mesmo a dizer que "Moçambique é o único país do mundo onde a Comissão Nacional de Eleições altera os resultados eleitorais em segredo" e as eleições são consideradas transparentes e justas.

"Não há nada secreto aqui"

Face a estas críticas, o porta-voz da CNE, Juvenal Bucuane, disse ao nosso jornal que a sua instituição ficou deveras ofendida com as críticas da AWEPA. "Nós ficámos bastante ofendidos quando lemos esta informação no jornal, porque não é verdadeira, não há nada secreto aqui, trabalhamos abertamente e os mesmos que escreveram isso, como observadores, alguns deles estiveram na sala onde estávamos a fazer a requalificação dos votos, e observaram todo o trabalho, e não houve nada de secreto", disse Bucuane para sustentar que a informação veiculada pelo boletim da AWEPA é "falsa e tendenciosa".

Sobre os resultados eleitorais de Milange, onde a alteração de dados pela parte dos órgãos eleitorais obrigou ao Conselho Constitucional a proceder à sua correcção, através da deliberação nº 02/CC/2009, facto que viria a ditar a alteração da distribuição de assentos na assembleia municipal local, sendo que um assento que fora atribuído à Frelimo, reverteu-se, após a correcção, para o partido UNAMO, Bucuane diz que "a alteração foi cometida no apuramento intermédio, pela Comissão Distrital de Eleições, de Milange".

“Os dados contrastam entre o apuramento parcial (feito nas mesas de voto) e o apuramento intermédio, feito na Comissão Distrital de Eleições”, esclareceu o porta-voz da CNE.

Questionado se a CNE não haveria de tomar medidas de responsabilização aos supostos mentores da alteração dos resultados em Milange, Bucuane disse que é óbvio que haverá medidas. Referiu que brevemente a CNE irá se reunir ao mais alto nível para analisar o acórdão do CC, para ver se é necessário mecher no sistema de trabalho, revelou e acrescentou que o caso da alteração dos resultados em Milange “não está encerrado”.

Bucuane diz ainda que a CNE anunciou ao CC sobre os erros de concordância dos resultados de Milange, e que por uma questão de cumprimento da calendarização, deixou ao critério deste órgão para que decidisse sobre o que fazer com o erro verificado.

Por sua vez, Conselho Constitucional corrigiu os resultados, o que influenciou na distribuição dos membros da assembleia municipal local.

Em nacala e beira não houve alteração

Quanto aos resultados dos municípios da Beira e de Nacala, onde o boletim da AWEPA diz que houve também alterações dos resultados pela parte dos órgãos de administração eleitoral, mas que foi atempadamente efectuada a sua corecção pela Comissão Nacional Eleições, Bucuane também nega que isso tenha acontecido.

=====

Boletim Eleitoral 2008 Número 23 – 18 de Janeiro de 2009

Comentário

Mudança de segredo para transparência

Em segredo e sem qualquer explicação ou aviso, o CNE alterou os resultados intermediários emitidos pelas comissões eleitorais das cidades de Milange, Beira e Nacala. Moçambique é, talvez, o único país no mundo a permitir que as comissões eleitorais alterem os resultados em segredo e sem qualquer anúncio. Na verdade, as mudanças só foram descobertos pela comparação das tabelas emitidas pela CNE, no seu resultado final, com os resultados intermediários anunciados a nível local.

A partir da decisão do Conselho Constitucional, sabemos agora que a CNE simplesmente cometeu um erro em Milange. E os observadores ficaram satisfeitos com as mudanças na Beira e Nacala, porque o CNE corrigiu resultados falseados, emitidos sob pressão política a nível local. Ao dar à CNE o papel de anunciar os resultados finais, o Parlamento deu à CNE, de forma clara, a responsabilidade de verificar e corrigir erros. Mas a eleição nunca pode ser vista como livre, justa e precisa, quando essa responsabilidade é levada a cabo em segredo. Alterar os resultados em segredo é totalmente inaceitável. As eleições serão vistas como transparentes e internacionalmente aceitáveis, apenas quando as mudanças da CNE forem enunciadas e explicadas publicamente.

A CNE merece altos elogios por uma radical mudança no pensamento, em direção a um novo nível de transparência, e por ter resolvido muitos dos problemas criticados por observadores nacionais e internacionais no passado. Os regulamentos de observação prometem uma transparência que é normal nos outros países, mas é inédita em Moçambique. A regulamentação dá direito aos observadores a:

“Consultar as deliberações, directivas, regulamentos e instruções dimanadas da Comissão Nacional de Eleições e do STAE em matéria de sufrágio eleitoral;”

e a

“Observar as operações subsequentes do sufrágio eleitoral em todos os escalões, nomeadamente a centralização e apuramento dos resultados eleitorais ao nível do

distrito, da cidade, da província e central, incluindo o anúncio, validação e proclamação dos resultados eleitorais".

No passado, as deliberações e directivas eram secretas, e a centralização dos resultados não podia ser observada.

Este ano, muitos processos, como a requalificação dos votos nulos, foram abertos à imprensa e aos observadores. Muitas das deliberações foram publicadas, embora com muito atraso. Portanto, tem havido uma mudança real e positiva para uma maior abertura. A centralização dos resultados, no entanto, continua secreta.

Na sua decisão sobre os resultados, o Conselho Constitucional sublinhou que observação e transparência não são regidas apenas pelos regulamentos da CNE e legislação moçambicana, mas também pelas normas e padrões internacionais. Para alcançar estes padrões, mais duas mudanças são essenciais.

Em primeiro lugar, as decisões devem ser publicadas imediatamente. De forma mais controversa, as listas dos candidatos aprovados pela CNE foi afixada na sede da CNE, mas nunca colocada no website ou publicada no *Boletim da República*, o que levou a acusações de má conduta, má fé, e alterações ilegais das listas. O Conselho Constitucional e este Boletim não têm nenhum problema em publicar informações nos sites com rapidez, e a CNE deve encontrar uma maneira de fazer o mesmo.

Em segundo lugar, mudanças nos resultados não podem ser feitas em segredo. Todas as mudanças devem ser enumeradas e explicadas, e toda a documentação pertinente deve estar disponível. Isso já acontece com a revalidação dos nulos, e deve ser estendida a todas as outras mudanças.

Esta CNE deu grandes passos em direção a mais abertura e transparência, e fez promessas ainda maiores. A credibilidade nacional e internacional exige que a CNE dê estes passos visando a transparência.

Joseph Hanlon

=====

Boletim sobre o processo político em Moçambique

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)

Editor Ajusto: Adriano Nuvunga Assistente da Pesquisa: Tânia Frechauth

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Publicado por AWEPA, Parlamentares Europeus para a Africa, e CIP, Centro de Integridade Pública

=====

To subscribe: Para assinar:

In English: <http://tinyurl.com/mz-en-sub>

Em Português: <http://tinyurl.com/mz-pt-sub>

=====

Also on the web: Também na internet:

In English: http://www.cip.org.mz/pub2008/index_en.asp

Em Português: <http://www.cip.org.mz/pub2008/>

=====